

## **Ata da 65ª Reunião Ordinária**

### **Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC**

**realizada em 02/02/2012, 5ª feira, na Sala de Reuniões dos Conselhos, 2ª. Andar  
SEPED/MCTI**

#### **Membros Participantes:**

1. Carlos Afonso Nobre – **Representante Titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
2. Mercedes Maria da Cunha Bustamante - **Representante Suplente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
3. João Alencar Oliveira Júnior - **Representante Suplente do Ministério das Cidades**
4. João Luiz Tedeschi – **Representante Titular do Ministério da Fazenda**
5. Sérgio Luiz Siebra Moreira – **Representante Suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
6. Felipe Taufik Daud – **Representante Suplente da Casa Civil da Presidência da República**
7. Leíza Martins Mackay Dubugras – **Representante Titular da Casa Civil da Presidência da República**
8. Demetrio Florentino de Toledo Filho – **Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
9. Adriano Santhiago de Oliveira – **Representante Suplente do Ministério do Meio Ambiente**
10. Monica Maria Libório Feitosa de Araújo – **Representante Titular do Ministério dos Transportes**

#### **Outros Participantes:**

1. Diogo Ramos Coelho – **Ministério das Relações Exteriores**
2. Luís Fernando Badadhan – **Ministério das Minas e Energia**
3. Valdir Borges Souza Junior – **Ministério das Minas e Energia**
4. Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
5. Mario Henrique Rodrigues Mendes – **Ministério do Meio Ambiente**
6. Mauro Meireles – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
7. Pedro Luiz Simpson Júnior – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
8. Breno Simonini Teixeira – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
9. Jerônima de Souza Damasceno – **Consultora Técnica CGMC/PNUD**

## **1. Aprovação da Ata da 64ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.**

Dra. Mercedes Bustamante, iniciou a reunião dando boas vindas a todos e informou que iria substituir momentaneamente o Dr. Carlos Nobre que estava em reunião com o ministro do MCTI. Solicitou aos membros inversão de pauta para iniciar a reunião com a assinatura de termo de posse dos membros designados por meio da Portaria nº 937, de 14 de dezembro de 2011 e solicitou, também, inclusão em “Outros Assuntos” do item “Esclarecimento a respeito da definição de comunidade de baixa renda (art. 3 da resolução 3 da CIMGC)”. As solicitações foram aceitas por unanimidade. Dra. Mercedes colocou em votação a ata da reunião anterior e perguntou se existia alguma modificação a ser realizada. O Sr. João Alencar de Oliveira Júnior, representante do Ministério das Cidades, solicitou a correção de seu nome no item 1 da referida ata. Os novos membros Monica Maria Libório Feitosa de Araújo, Sérgio Luiz Siebra Moreira e Felipe Taufik Daud informaram que ainda não dispõem de senha de acesso digital aos documentos da Comissão. Dra. Mercedes solicitou a Secretaria Executiva da CIMGC que garantisse esse acesso aos novos membros. Os demais membros concordaram com o conteúdo da ata e, assim, a mesma foi considerada aprovada.

## **2. Deliberações sobre os projetos em análise:**

**2.1. Projeto 303/2011 - Usinas Eólicas Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas:** a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

Na seção A.4.3 do DCP, página 6, em sua tabela 3, é preciso corrigir a tradução de “Empreendimentos em operação no Estado da Bahia segundo a ANEEL” para “Empreendimentos em operação no Brasil, segundo a ANEEL”.

Na página 17 da versão em português do Relatório de Validação, quarto parágrafo, é informado que “a geração de eletricidade total esperado líquido por ano é de 305,538 MWh/ano, o que indica que a dotação utilizada não foi traduzida para o português, uma vez que deveria apontar 305.538 MWh/ano para que não houvesse divergência entre o valor apresentado na versão em português e aquela em inglês.

O mesmo tipo de erro aparece na mesma página 17, quinto parágrafo, na versão em português do Relatório de Validação, no ponto em que este aponta que a quantidade de horas em um ano é de 8,760 horas, quando deveria ser grafado 8.760 horas.

Na página 18 da versão em português do Relatório de Validação, primeiro parágrafo, para a UEE de Novo Horizonte e UEE de Macaúbas, suas garantias físicas são grafadas como sendo respectivamente 10.97 MW e 13.40 MW, quando deveriam constar da seguinte forma, respectivamente: 10,97 MW e 13,40 MW.

Na página 23 da versão em português do Relatório de Validação, pelo mesmo motivo informado nos itens anteriores, a grafia dos valores colocados, 3.36%, 7.50%, 4.1%, 14.96% e 2.70% deveriam ser traduzidos para o português da seguinte forma: 3,36%, 7,50%, 4,1%, 14,96% e 2,70%.

Ainda na página 23, na tabela que se estende pelas páginas 24 e 25, foram apontados erros no uso de vírgula e ponto como separador de milhares ou das casas decimais.

Na página 26 da versão em português do Relatório de Validação, é apresentado o valor de 11.75% como “Benchmark padrão da CQNUMC”, enquanto a grafia correta deveria ser 11,75%.

Adequar o PDD de forma que conste, como representante do projeto, o Sr. Eduardo Baltar de Souza Leão, da Enerbio Consultoria Ltda. Esta correção visa tornar o PDD coerente com os demais documentos apresentados. Tal como está, o PDD, no seu Anexo I, página 41, apresenta o Sr. Marcelo Loureiro como representante do projeto a ser contatado, sendo que o Sr. Eduardo Baltar de Souza Leão é o representante designado para tanto em todos os demais documentos.

No item C.2.1.1 do DCP, inserir a informação de que a data de registro da atividade de projeto pode ser a data de início do primeiro período de créditos, ou o que vier depois.

Para um melhor esclarecimento dos dados no contexto da projeção da matriz energética para o ano de 2019, recomendamos inserir a tabela completa (PDE 2019, pág. 70, tabela 54) no texto do Anexo III, item “a” (Contribuição para a sustentabilidade ambiental local).

Revisão do texto referente ao 1º parágrafo da Introdução, no Anexo III: inserir as potências nominais de cada Usina Eólica, ou seja, as Potências de 30,60 MW, 30,6 MW e 35,07 MW.

Revisão do texto referente ao Anexo III, item d (Contribuição para Capacitação e Desenvolvimento Tecnológico), em especial com relação ao parágrafo: “Percebe-se que o Projeto Complexo Eólico Desenvix é pioneiro no estado, sendo assim, sua implantação contribuirá para a implantação de uma nova tecnologia em sua região e demandará capacitação do pessoal para as fases de implantação e operação de empreendimento.” Tendo em vista que outros empreendimentos em curso no Estado da Bahia possam entrar em operação comercial antes deste complexo eólico, solicitamos reavaliar a conveniência de classificá-lo como sendo “pioneiro”.

**2.2. Projeto 305/2011 - Geração de Energia Elétrica a partir de Fontes Renováveis - Parques Eólicos Macacos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca:** a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

No DCP, a seção A.2 menciona que a atividade de projeto irá entregar 328.271 MWh/ano, enquanto a seção A.4.3 e seção B.6.3 definem este valor em 333.977 MWh/ano. Vale ressaltar que ambas as versões do Relatório de Validação apresentam o valor de 333.977MWh/ano.

A Tabela 9 do DCP (páginas 27 e 28) apresenta separação de casas decimais com sinal de ponto (.), o que está em desacordo com a grafia correta em português, uma vez que a separação deveria ser feita com vírgula (,). Nesta mesma tabela, as últimas quatro colunas não foram traduzidas para o português;

Traduzir os títulos da seção C.2.2 para o português.

O nome de um dos participantes do projeto não é o mesmo no DCP (CPFL Energias Renováveis S.A.) e PDD (Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A.).

Na versão em português do relatório de validação, nota-se que no lugar do separador de casas decimais e milhares, em português (,) foi utilizado ao longo do texto o sinal ortográfico (.). Faz-se necessária a correção no texto das tabelas da seção 2.4 (Descrição

Técnica do Projeto), itens “Potência por Turbina”, “Fator de Carga da Usina” e “Geração líquida de energia”.

Conforme erro descrito no item acima, solicita-se corrigir na tabela da página 26, o segundo parágrafo onde foi utilizado o ponto (.) na notação de números fracionários, quando deveria ser vírgula (,);

Na tabela da página 33, o último parágrafo da primeira célula à direita, é apresentado o valor de 333.777.00 MWh por ano, por se tratar de versão em português, a grafia correta seria 333.777,00 MWh por ano, ou ainda se poderia omitir as casas decimais;

Na página 34, são apresentados os valores 37.1MW, 37.7MW e 0.04, enquanto a grafia correta em português seria, respectivamente, 37,1, 37,7 e 0,04;

Na versão em português, item 5.1.4, no segundo parágrafo, são apresentados os valores 78.2MW e 333,977MWh, os valores deveriam ser escritos da seguinte forma, respectivamente, 78,2MW e 333.977MWh.

Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC cópias das Licenças de Operação e Licenças de Instalação dos Parques Eólicos de Macacos, Juremas, Costa Branca e de Pedra Preta, uma vez que apenas a cópia da Licença de Instalação do Parque Eólico de Costa Branca foi apresentada para análise.

Os dois participantes do projeto apresentaram as três declarações obrigatórias: responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC, regularização da situação ambiental e da situação trabalhista. As declarações foram assinadas pelo diretor da CPFL (de acordo com a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24/08/11) e representante da WayCarbon (conforme a 2ª alteração e consolidação do contrato social de 21/12/10). No entanto, a referida Ata de Reunião e a 2ª alteração e consolidação do contrato social não constam da documentação enviada à CIMGC em sua versão digital. Como é imprescindível que toda documentação enviada em papel seja fiel à sua versão entregue em meio eletrônico, é necessário que o proponente envie os documentos citados neste item.

Reapresentação do documento de resposta ao Anexo III da Resolução 01, por meio do qual são descritas as contribuições da atividade de projeto para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os seguintes itens precisam ser mais detalhados: (b), (c), (d) e (e);

Envio das cópias das licenças ambientais referentes aos Parques Eólicos Macacos, Juremas e Pedra Preta.

**2.3. Projeto 306/2011 - Geração de Energia Elétrica na Coqueria da SOL pelo processo de Recuperação de Calor:** a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

Adequar a metodologia aplicada ao Documento de Concepção do Projeto (DCP) e ao Relatório de Validação à última versão disponível (4.0.0), que está válida desde 15 de abril de 2011, uma vez que a versão 3.2 da Metodologia Consolidada de linha de base para redução de emissões de gases de efeito estufa a partir de projetos de recuperação de energia dissipada utilizada tinha validade até 14 de abril de 2011, conforme site da UNFCCC.

Na página 13 do DCP, segundo parágrafo, tem-se a seguinte sentença: “A atividade do projeto proposta visa recuperar o calor dissipado do forno de coque, transformando-o em

eletricidade, conforme explicado na Seção A.4.3 deste FDP”, quando deveria constar “DCP”.

Na página 17 do DCP, consta na seção “Definição de ‘referencial de excelência’ (benchmark)”, a frase “Um projeto é uma boa proposta de investimento se a TRI é maior...”, quando deveria constar TIR.

Na página 21 do DCP, segundo parágrafo, encontra-se o VPL (Valor Presente Líquido) de R\$59.590.478,15. O PDD, no entanto, apresenta o valor de R\$ - 59.590.478,15, ou seja, um valor negativo. Deve-se alterar o PDD de forma a ser coincidente com o DCP. Ademais, o PDD deve apresentar o separador de milhões, milhares e de casas decimais como sendo vírgula (,) e ponto (.) respectivamente, uma vez que se trata de versão em inglês.

Na versão em inglês, devem ser corrigidos os erros de tradução numéricos, com relação ao separador de casas decimais bem como de milhares e milhões, encontrados nas páginas 19, 36 e 27. Ademais, foram encontrados erros de tradução de datas, nas páginas 22 e 23.

Por fim, devem ser corrigidos erros de tradução de valores numéricos, para que sejam adequados ao idioma português, encontrados nas páginas 5, 19, 20, 35, 36, 37, 38, 39, e 40 da versão em português.

Na página 23 da versão em português, a análise da alternativa W2 contém, em sua conclusão, que este cenário deve ser excluído, quando deveria constar o termo “incluído”.

Na página 22 da versão em inglês, a análise do cenário W2 é concluída com o trecho “Hence, Scenario W1 could be included”, no entanto, o correto seria W2.

Na versão em português, página 28, quarto parágrafo, encontra-se o termo R4\$75,00/MWh. O correto seria apresentar o valor R\$75,00/MWh.

Na versão em português, página 2, na tabela com os dados do projeto, a “Data Primeira Edição” está grafada como em inglês, da seguinte forma, “2007-11-16”. Deve-se alterar para que conste a grafia em português, ou seja, 16-11-2007.

Também na página 2 da versão em português, ainda na tabela com os dados do projeto, o campo “Aprovado por” está incompleto. Deve-se preencher de forma adequada este campo, de modo que conste como na versão em inglês, o nome do representante da Autoridade Operacional Designada.

Na versão em inglês, página 2, consta o valor de emissões evitadas por ano de “213 407 tCO2e”. Por se tratar de versão em inglês, deve-se usar o separador de milhares, que é a vírgula (,).

Na página 25, os valores de Ke e Kd estão grafados da seguinte forma, “15,5%” e “9,55%”. É necessário que sejam alterados para “15.5%” e “9.55%” para que se adéque ao idioma inglês.

Na página 26, a equação do WACC contém os valores “15,5%”, “9,55%” e “13,715%”. Para que se adéquem à língua inglesa, eles devem ser grafados da seguinte forma: “15.5%”, “9.55%” e “13.715%”, respectivamente. Ainda na página 26, os seguintes valores: “R\$ 113,19/MWh” e “US\$ 3,09/MWh”, devem respectivamente ser, “R\$ 113.19” e “US\$ 3.09”.

Na tabela da página 28 da versão em português, o primeiro valor de O&M “9.99%” deve-se alterar para “9,99%” de forma a adequar a grafia ao idioma do Relatório de Validação.

No terceiro parágrafo da página 28, versão em inglês, são encontrados os valores “14,99 MW” e R\$-59.590.478,15”, devendo ser grafados, respectivamente, como “14.99 MW” e R\$-59,590,478.15”.

No item “e”, da página 29 da versão em português, em seu segundo parágrafo, é apresentado o valor de 4.38% para o IGPM. Deve-se adequar a grafia para que o separador da casa decimal corresponda ao idioma português, da seguinte forma: “4,38%”.

Na página 33 da versão em português, a seção 4.7.2 apresenta, o valor “1,305,240 MWh”. Deve-se alterar a grafia do referido valor para “1.305.240 MWh”. O mesmo deve ser feito para o valor que consta como “63.1 tCO<sub>2</sub> / TJ”, apresentado na mesma seção, na página 34.

No segundo parágrafo da página 35 da versão em português é apresentado o valor “0.3112 tCO<sub>2</sub>/MWh”. Deve-se alterar a grafia do referido valor para “0,3112 tCO<sub>2</sub>/MWh”.

Apresentar a versão do relatório de validação em português sem o trecho constante na capa: “Erro: Origem da referência não encontrada no Brasil”.

Encaminhar à Secretaria Executiva do CIMGC Carta 180/2010 do Instituto Brasileiro do Aço, emitida em 3 de setembro de 2010, que notifica que nenhum outro forno de coque com recuperação de calor estava instalado no Brasil antes de junho de 2010. Este documento é citado no Relatório de Validação, porém não consta da documentação encaminhada à Comissão.

Encaminhar a documentação do projeto contendo um plano de monitoramento de recuperação de calor, contendo inclusive um desenho esquemático indicando o posicionamento dos medidores da atividade de projeto.

Na Seção B.6, item – B.6.3 – Cálculo da redução de emissões *ex-ante*, é apresentado um valor para margem de construção de 0.0794 tCO<sub>2</sub>/MWh, no entanto na página 39, é apresentado o valor de 0.07294 tCO<sub>2</sub>/MWh. A mesma divergência acontece na página 47, Anexo 3.

**2.4. Projeto 307/2011 - Projeto da Central Elétrica de Palmares (PCEEP):** a Comissão manifestou parecer em que solicita que a atividade do projeto seja colocada **em revisão**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

A versão do DCP/PDD encaminhada foi a Versão 2, de 25/07/2011. No entanto, o Relatório de Validação e o *Validation Report* emitidos pela EOD (LRQA) se referem à Versão 3 do DCP/PDD, datado de 07/09/2011. Desta forma, a versão correta deve ser encaminhada à Secretaria Executiva da CIMGC para análise.

As versões em língua portuguesa e inglesa da documentação apresentada devem ser revisadas, pois apresentam diferenças e inconsistências ao longo do texto.

Foram apresentadas duas licenças de Operação constantes de datas diferentes para o mesmo empreendimento: Parque Eólico Fazenda Rosário 3: Licença de Operação (LO) no 2976/2011-DL, válida até 01/06/2015; Parque Eólico Rosário: Licença de Operação (LO) no 2484/2011-DL, válida até 09/05/2015.

Inserir no item C.2.1.1 do DCP e PDD, além da data já constante de 01/04/2011, a informação de que o início do primeiro período de obtenção de crédito pode ser a data de registro da atividade de projeto de MDL no Conselho Executivo, o que ocorrer por último;

Esclarecer se o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 já entrou em operação e, em caso positivo, enviar a respectiva cópia da licença de operação.

**2.5. Projeto 308/2011 - Projeto da Central Elétrica Eólica de Osório 2:** a Comissão recomenda que a atividade do projeto seja **aprovada com ressalvas**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

Na página 12 da versão em inglês do Documento de Concepção do Projeto - DCP, a coluna direita da tabela apresenta valores percentuais cujo separador de casa decimal é a vírgula (.). Por se tratar de versão em inglês, estes valores devem conter o separador de casa decimal como ponto (.).

A mesma correção citada no item 1 deve ser feita aos valores numéricos traduzidos na tabela 13 e na página 19 da versão em inglês (figura 3), de forma que o separador de casas decimais conste como ponto (.) e não como vírgula (.).

Na versão em português, as tabelas contidas nas páginas 15 e 16 não tiveram palavras nem valores numéricos traduzidos de forma a transmitirem fielmente as informações no idioma. O mesmo ocorre na segunda e a terceira tabelas da página 30 e na tabela da página 31

Na versão em português, algumas linhas da tabela da página 20 contêm valores numéricos com o separador de casas decimais constando como ponto (.), o que configura erro de tradução, já que, na língua portuguesa, este separador é a vírgula (.). O mesmo ocorre para dois números constantes da tabela 13, na página 22 da mesma versão;

Inserir no item C.2.1.1 do DCP e PDD, além da data já constante de 01/04/2012, a informação de que o início do primeiro período de obtenção de crédito pode ser a data de registro da atividade de projeto de MDL no Conselho Executivo, o que ocorrer por último.

Esclarecer se os parques eólicos que constituem a atividade de projeto já entraram em operação e, em caso positivo, enviar as respectivas cópias das licenças de operação.

**2.6. Projeto 309/2011 - Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Ibirama:** a comissão recomenda que a atividade do projeto seja **aprovada com ressalvas**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

Na página 2 do Documento de Concepção do Projeto –DCP na sua versão em português, o terceiro parágrafo do item A.2 apresenta a expressão “O processo de privatização iniciado em 1995...”. Como se trata da privatização de um setor específico, o elétrico, sugere-se alteração de forma a complementar a expressão em destaque, da seguinte forma: “O processo de privatização do setor elétrico, iniciado em 1995, ...”.

Na versão em português do DCP, página 5, o texto na Figura 1, bem como, página 12 Figura 4 devem ser traduzidos para o idioma português.

Na versão em inglês, as tabelas 5 e 6 e a tabela da página 21 apresentam as datas grafadas como em português, ou seja, com as datas e meses trocados. Por se tratar de versão em inglês, os números referentes às datas e meses devem ser invertidos.

A tabela da página 22 da versão em inglês apresenta os valores “3,5” e “3,9”, que deveriam estar grafados da seguinte forma “3.5” e “3.9”.

A figura 4 da versão em português, em sua página 33 apresenta termos em inglês. Esta figura deve ter todos os seus termos traduzidos, inclusive os valores numéricos, que, por se

tratar de versão em língua portuguesa, deve apresentar separador de casas decimais como vírgula (,) e não como ponto (.).

A versão em português, na página 52, figura 4, os termos em inglês diagrama devem ser traduzidos para o português.

Analisar e corrigir o fato de ser apresentado no DCP, página 3, item A.2, 3º §, que o reservatório da PCH Ibirama possui área de 0,13 Km<sup>2</sup>, enquanto que ainda no DCP, página 4, item A.4, último § é apresentada uma área de 13 Km<sup>2</sup>. Observa-se também que o Anexo III, item 1.1, 1º §, apresenta uma área de reservatório no valor de 0,29 Km<sup>2</sup>.

**2.7. Projeto 310/2011 - Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas Criúva e Palanquinhos:** a Comissão recomenda que a atividade do projeto seja **aprovada com ressalvas**, sendo necessário atender às seguintes exigências:

Na página 2 da versão em português do Documento de Concepção do Projeto - DCP, o terceiro parágrafo do item A.2 apresenta a expressão “O processo de privatização iniciado em 1995...”. Como se trata da privatização de um setor específico, o elétrico, sugere-se a seguinte alteração de forma a complementar a expressão em destaque: “O processo de privatização do setor elétrico, iniciado em 1995, ...”.

Na seção B.5, o último ponto do Subpasso 2c é iniciado da seguinte forma: “Há dois impostos de renda no Brasil...”. Para que se evite confusão quanto ao público que se enquadra nos referidos impostos, sugere-se complementar a expressão como se segue: “Há dois impostos de renda que incidem sobre o faturamento e a receita das empresas no Brasil...”.

Algumas datas da versão em inglês estão grafadas de forma incorreta. Enumeram-se a seguir os locais de cada erro localizado: Tabela 7 da página 13; tabela da página 14 e 15; página 21, nos títulos das tabelas 11 e 12; página 22, no título da tabela 13; último parágrafo da página 28; seções C.1.1 e C.2.1.1 da página 47; ponto 4 da página 50. É necessário que estas datas sejam grafadas corretamente em inglês.

Na página 25 da versão em inglês, há uma mensagem de erro no fim do segundo parágrafo. Pela versão em português, deveria constar o termo “Figure 5”.

Na versão em português, no segundo parágrafo da página 15, o texto cita a data de início do projeto como “30 de maio de 2008”. Entretanto, os dados da Tabela 7 indicam que o início do projeto ocorreu em 30 de março de 2008. Deve ser feita a alteração no texto em destaque para que seja coerente com a referida tabela. Este erro não se repete na versão em inglês.

O Relatório de Validação, em sua lista de abreviações, página 3, indica que o termo “Pequenas Centrais Hidrelétricas” será abreviado sob a sigla “SHP”. No entanto, deve-se utilizar a sigla “PCH”, por ser essa abreviação na língua portuguesa. Este equívoco se repete ao longo de todo documento e deve ser corrigido.

No Relatório de Validação, Item 3.3, o 6º parágrafo da página 16 contém a expressão “A carta confirmando a vida do gerador (...)”. Sugere-se alteração para “A carta confirmando a vida útil do gerador (...)”.

No Relatório de Validação, o título do Item 3.7 está grafado como “Plano de Monitoração”. Deve-se alterar para “Plano de Monitoramento”.



O título do Item 3.7.3, na página 25 do Relatório de Validação encontra-se com uma palavra em inglês que deve ser traduzida para o português: “*System* de Gerenciamento e garantia da qualidade.”.

O item 3.7.3 do Relatório de Validação, em seu 2º parágrafo da página 26 contém a seguinte frase: “É importante ressaltar que, para verificar os valores finais da energia entregue à rede (no/s medidor/es para ambas as SHPS, na subestação São Marcos), ...”. Deve-se corrigir a frase da seguinte forma: “É importante ressaltar que, para verificar os valores finais da energia entregue à rede (nos medidores para ambas as PCHs, na subestação São Marcos),...”.

No Apêndice A do Relatório de Validação, todos os rodapés estão com erro na referência da tabela. Estes erros devem ser corrigidos.

O Relatório de Validação, em seu Apêndice A, Tabela 1, localizada na página A-45, a coluna da conclusão da equipe de validação, 3º parágrafo, apresenta a data como “2011/06/01”. Deve-se corrigir este erro de modo a constar “01/06/2011”.

O *Validation Report* apresenta todas as datas com notação em português (dd/mm/aaaa), quando o correto para a versão em inglês seria mm/dd/aaaa.

O *Validation Report*, em sua página A-40 do *Appendix A*, apresenta no segundo item da coluna “*Validation team conclusion*” separador de casas decimais como vírgula (.). Deve-se corrigir a tradução de modo que este separador de casas decimais conste como ponto (.). Este mesmo erro se repete ainda no *Appendix A*, página A-68, no primeiro item da coluna “*Validation team conclusion*”.

Esclarecer o fato de ser apresentado no DCP, página 5, tabela 2 – “Informações Técnicas sobre a atividade de Projeto”, que o reservatório da PCH Criúva possui área de 0,437 Km<sup>2</sup>, enquanto que o Anexo III, Introdução, apresenta uma área de reservatório no valor de 0,604 Km<sup>2</sup>.

### **3. Novos Projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC**

- Projeto 311/2011 - Projeto de MDL Passos Maia, recebido em 16/11/2011
- Projeto 312/2011 - Usina Eólica Cabeço Preto, recebido em 01/12/2011
- Projeto 313/2011 - Usina Eólica Pedra do Reino, recebido em 01/12/2011
- Projeto 314/2012 - Usina Eólica Cabeço Preto IV, recebido em 13/01/2012
- Projeto 315/2011 - Atividade do Projeto de MDL da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, recebido em 24/01/2012
- Projeto 316/2012 - Projeto MDL das PCHs Albano Machano e Rio dos Índios (JUN1115), recebido em 24/01/2012
- Projeto 317/2012 - Renova Usinas Eólicas da Área 1, recebido em 24/01/2012
- Projeto 318/2012 - Vale Florestar - Reflorestamento de áreas tropicais degradadas na Amazônia Brasileira, recebido em 27/01/2012
- Projeto 319/2012 - Usina Eólica Pedra do Reino III, recebido em 27/01/2012

- Projeto 320/2012 - Atividade do projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Pipoca, recebido em 27/01/2012
- Projeto 321/2012 – Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Carbon Finance da Caixa Econômica Federal, recebido em 27/01/2012

#### 4. Síntese da Análise dos projetos:

Nome do projeto	Status antes da reunião	Status após a reunião
303/2011 – Usinas Eólicas Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas	Submetido	Aprovado com ressalvas
305/2011 – Geração de Energia Elétrica a partir de Fontes Renováveis – Parques Eólicos Macacos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca	Submetido	Em revisão
306/2011 – Geração de Energia Elétrica na Coqueria da SOL pelo Processo de Recuperação de Calor	Submetido	Em revisão
307/2011 – Projeto da Central Elétrica de Palmares (PCEEP)	Submetido	Em revisão
308/2011 – Projeto da Central Elétrica Eólica de Osório 2	Submetido	Aprovado com ressalvas
309/2011 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Ibirama	Submetido	Aprovado com ressalvas
310/2011 – Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas Criúva e Palanquinhos	Submetido	Aprovado com ressalvas
311/2011 - Projeto de MDL Passos Maia	Recebido	Submetido
312/2011 - Usina Eólica Cabeço Preto	Recebido	Submetido
313/2011 - Usina Eólica Pedra do Reino	Recebido	Submetido
314/2012 - Usina Eólica Cabeço Preto IV	Recebido	Submetido
315/2011 - Atividade do Projeto de MDL da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes	Recebido	Submetido
316/2012 - Projeto MDL das PCHs Albano Machano e Rio dos Índios (JUN1115)	Recebido	Submetido
317/2012 - Renova Usinas Eólicas da Área 1	Recebido	Submetido
318/2012 - Vale Florestar - Reflorestamento de áreas tropicais degradadas na Amazônia Brasileira	Recebido	Submetido
319/2012 - Usina Eólica Pedra do Reino III	Recebido	Submetido
320/2012 - Atividade do projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Pipoca	Recebido	Submetido
321/2012 – Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Carbon Finance da Caixa Econômica Federal	Recebido	Submetido

Dr. Carlos Nobre apresentou-se aos membros do colegiado desculpando-se por chegar após a reunião já estar em andamento, mas o fato era inevitável uma vez que estava em reunião com o Ministro do MCTI. Dra Mercedes despediu-se dos membros informando não poder

participar da reunião até o final. Dr. Carlos Nobre solicitou à Dra. Sonia Bittencourt conduzir a reunião.

#### **5. Curso de Capacitação em Programas de Atividades no âmbito do MDL (PoA)**

Dra. Sonia Bittencourt informou a todos que CGMC confirmou junto a GIZ a possibilidade de se realizar um curso sobre PoA, conforme encaminhamento da 64ª reunião da CIMGC, quando foi solicitado a continuidade deste tipo de capacitação. Informou ainda que o curso provavelmente será realizado em abril, tendo duração de 1 dia para os membros da CIMGC e de 2 dias para os técnicos dos ministérios envolvidos. Os membros também foram informados que a Caixa Econômica Federal – CEF solicitou, por meio de mensagem eletrônica, que seus técnicos participassem do curso. Após os anúncios, alguns membros apresentaram interesse em participar não somente no primeiro dia do curso, mas também nos dois dias subsequentes, o que foi dado como uma opção factível. Houve a solicitação para que o curso não ocorresse antes de 13 de abril, devido a compromissos de trabalhos já assumidos por alguns membros. Também foi sugerido que o curso fosse oferecido em módulos, o que facilitaria a participação de membros e técnicos e evitaria a ausência dos participantes das suas instituições por três dias consecutivos. Com relação à participação da CEF, foi questionada a pertinência de se ter avaliadores e proponentes de projetos como participantes do mesmo curso. A percepção dos membros foi de que essa abordagem não seria adequada pelo fato dos papéis serem distintos e porque isto poderia abrir um precedente para que outros proponentes solicitassem ações de capacitação à CGMC. Assim sendo, os seguintes encaminhamentos foram dados: os membros enviariam à CGMC sugestões de conteúdo, propostas de datas e a lista de participantes das suas respectivas instituições; a Secretaria Executiva da CIMGC informará à CEF sobre impossibilidade da participação de seus técnicos neste curso.

#### **6. Deliberações do Conselho Executivo do MDL a respeito do uso do fator de emissão pelo método *ex-ante* da margem de operação.**

A Dra. Sonia Regina Bittencourt apresentou os resultados da pesquisa feita pelo consultor Breno Simonini Teixeira sobre as deliberações do Conselho Executivo (EB) do MDL a respeito da solicitação feita pelo Brasil em agosto de 2009, quanto a possibilidade de revisão da ferramenta para cálculo dos fatores de emissão da margem de operação de modo a incluir a verificação *ex-ante* no método da margem de operação pela análise dos dados de despacho. Relatou que por solicitação do EB, o *Meth Panel* analisou o assunto e desaconselhou a revisão da ferramenta com base no argumento de que a estimativa pelo método *ex-ante* poderia levar a uma situação em que projetos similares registrados em momentos distintos apresentariam linha de base substancialmente diferentes, apesar de terem impacto também similar no grid (Documento EB63). Esclareceu que diante da negativa do Meth Panel, em agosto de 2011 o Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE) solicitou novamente apoio da CIMGC para solucionar o problema, apresentando alternativa que já havia sido discutida e acordada com o ex-consultor da CGMC, Dr Newton Paciornic, para o caso da decisão do EB ser contrária ao pleito do governo brasileiro: disponibilizar no site do MCTI, além dos fatores de emissão do método da margem de operação pela análise dos dados de despacho, fatores de emissão também

calculados por margem de operação simples ajustada (*simple OM* e/ou *adjusted OM*) para ser utilizada *ex-ante*. Dra. Sonia esclareceu que esta alternativa refere-se a opção b da ferramenta metodologia disponibilizada pelo Conselho Executivo do EB para cálculo dos fatores de emissão da margem de operação. O Sr. Mauro Meireles, consultor da CGMC, informou que realizou uma simulação do cálculo dos fatores de emissão para o período de um ano, usando esta opção b e constatou que a utilização do fator de emissão pelo método *ex-ante* poderia beneficiar os projetos no sentido de obter mais Emissões Certificadas de Emissões. O Sr. Mauro ressaltou, entretanto, que esta conclusão não poderia ser considerada definitiva visto ter sido obtida com base nos cálculos de um único ano. Alertou para a necessidade de se efetuar os cálculos com informações de vários anos para se obter a confirmação.

Prestados os esclarecimentos iniciais sobre a matéria, iniciou-se uma detalhada discussão que abordou aspectos técnicos, legais e ambientais e envolveu todos os membros da Comissão. Os principais pontos levantados foram: 1) do ponto de vista legal, questionou-se a real possibilidade de se utilizar a opção b, visto que a resolução nº 8 da CIMGC determina o uso da opção c da ferramenta metodológica. Existiria então a necessidade de se revisar a resolução; 2) do ponto de vista técnico, surgiram dúvidas sobre a razão de se usar uma ou outra opção, nomeadamente (b) ou (c), da ferramenta metodológica; e 3) do ponto de vista ambiental, questionou-se sobre o risco de se superestimar reduções pela utilização da opção (b) *ex-ante*. Diante dos comentários, ponderações e esclarecimentos, o Dr. Carlos Nobre enfatizou a complexidade do tema tratado e foram acordados os seguintes encaminhamentos: 1) realização de nova simulação dos dados, usando a opção c, a ser realizada por Mauro Meireles, tendo como base os dados dos três últimos anos; 2) os membros do colegiado irão analisar as informações já disponibilizadas pela Secretaria Executiva; e 3) o tema voltará a ser apreciado pela Comissão a próxima reunião.

## **7. Consulta à Conjur do MCTI acerca dos documentos necessários para comprovação de legitimidade de representantes legais dos participantes de projetos MDL.**

Dra. Sonia Bittencourt esclareceu que esta consulta foi feita com o intuito de obter subsídios legais para o posicionamento da Comissão em relação ao projeto 304/2011 (Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-15) da Brascarbon. Disse, ainda, que uma cópia do parecer da Conjur havia sido disponibilizada na pasta de cada membro. Disse que de acordo com o parecer a documentação necessária para comprovação de legitimidade de representantes legais dos participantes nacionais das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL depende da natureza jurídica do proponente, sendo: para personalidade jurídica de direito privado, a Ata da Assembléia (sociedade limitada) ou da Assembléia-Geral (sociedade anônima), e ainda, a designação em separado, todas destinadas à nomeação de determinada pessoa para o cargo de administrador da entidade, ao qual seja atribuída competência para representá-la externamente; e, para personalidade jurídica de direito público, o documento será a Portaria de designação ou nomeação do dirigente máximo do ente público, ou em se tratando de delegação de competência, o documento poderá ser outra Portaria ou mesmo uma Procuração Pública, outorgando poderes a outro servidor que o dirigente máximo julgar habilitado para assumir os poderes de representação em assuntos relacionados especificamente a aprovação de Projetos de MDL.

Após apresentado o parecer, os membros da Comissão debateram sobre o entendimento do mesmo e a pertinência de se adicionar outras documentações além das sugeridas no parecer da Conjur. O Dr. Carlos Nobre solicitou aos membros que ponderassem para que somente sejam solicitados os documentos estritamente necessários para que a CIMGC tenha a garantia legal de que o representante do proponente detém autorização da instituição para exercer tal função. Tal recomendação segue o propósito de garantir maior celeridade aos processos e minimizar sua carga burocrática, sem prejuízo de se exigir dos proponentes todas as garantias necessárias. Como encaminhamento, deverá ser elaborada e compartilhada entre os membros uma minuta de alteração do parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 7 da CIMGC incluindo o disposto no parecer da Conjur. Este assunto deverá ser incluído na pauta para deliberação da Comissão na próxima reunião. O Dr. Felipe Daud, membro suplente representante da Casa Civil, disponibilizou-se a colaborar na elaboração desta minuta. Tendo em vista os esclarecimentos contidos no parecer da Conjur, a Comissão entendeu que projetos nessa situação devem ser comunicados e os documentos pendentes devem ser solicitados antes mesmo da aprovação das alterações na Resolução nº 7. Tal decisão visa minimizar o tempo de análise destes projetos pela Comissão, visto que o processo de elaboração e publicação de uma nova Resolução pode levar meses até ser finalmente assinado pelo ministro.

#### **8. Edital para convocação de pareceristas para o Painel de Especialistas em MDL**

Dra. Sonia Bittencourt comentou que os contratos dos pareceristas *ad hoc* que compõem o painel de especialistas encerraram-se em dezembro de 2011, restando apenas uma única especialista contratada que ainda possui créditos para parecer em seu contrato. Explicou, entretanto, que o número de pareceres é limitado no contrato e que os créditos ainda existentes devem ser esgotados até final de fevereiro ou início de março. Disse que esta situação eleva o risco da Secretaria Executiva não conseguir emitir pareceres técnicos para os 11 projetos que deverão ser avaliados na próxima reunião. Os membros do colegiado propuseram, então, a realização de uma reunião extraordinária, antes da reunião de abril, caso os projetos submetidos não possam, por falta de parecer, ser avaliados na reunião do dia 15 de março. Carlos Nobre informou que foi aprovada pelo Ministério da Fazenda a realização de concurso público para fortalecer o MCTI em seus cargos efetivos. Comentou ainda, que não obstante a perspectiva de reforço no quadro efetivo institucional, permanece a necessidade de se contratar consultores *ad hoc*. Assim sendo, a Dra. Sonia Bittencourt informou que o processo seletivo para consultores *ad hoc* já estava em andamento e que as primeiras contratações poderiam ser efetuadas entre o final de fevereiro e início de março.

#### **9. Formulário PCH-5MW**

Dra. Sonia Bittencourt iniciou a explanação deste item da pauta, destacando que já é pleito recorrente de alguns desenvolvedores que a Autoridade Nacional Designada (AND) do Brasil apresente à UNFCCC as tecnologias de energia renovável aptas a terem sua adicionalidade automática reconhecida. Também observou que, em novembro de 2011, o relatório da EB65 definiu, em seu Anexo 33, o processo a ser seguido pelas ANDs para submissão de medidas e/ou tecnologias específicas de energia renovável para consideração do Conselho Executivo do MDL, para concessão de adicionalidade automática. Esclareceu que a submissão deverá ser feita pelo *upload*, no site da UNFCCC, do Formulário para

apresentação de tecnologias/medidas renováveis específicas, dos dados mais recentes, não anteriores a três anos da data de submissão, sobre a porcentagem da participação das tecnologias de energia renovável no total da capacidade instalada de geração conectada à rede do país. Dra. Sonia solicitou apoio ao representante do MME para auxiliar o consultor técnico Breno Teixeira na elaboração do documento de consolidação dos dados mais recentes, não anteriores a três anos da data de submissão, sobre a porcentagem da participação das tecnologias de energia renovável no total da capacidade instalada de geração conectada à rede do Brasil, especificando a fonte dos dados. A documentação completa a ser encaminhada pelo Brasil será apresentada para aprovação do colegiado na 66ª reunião da Comissão, agendada para 15 de março.

#### **10. Esclarecimento a respeito da definição de comunidade de baixa renda.**

Dra. Sonia apresentou o questionamento feito à comissão pelo Sr. Florian Harzog da Waycarbon: “num projeto de reflorestamento de pequena escala desenvolvido pela empresa pode-se aplicar uma metodologia de pequena escala que demanda consideração de comunidades de baixa renda de acordo com o art. 3 da resolução 3 da CIMGC, considerando que os trabalhadores que atuam neste projeto ganham um salário um pouco acima do salário mínimo e que a renda familiar per capita destes trabalhadores, na grande maioria dos casos, está abaixo de meio salário mínimo”. O colegiado da comissão considerou que a informação apresentada sobre a situação era insuficiente, mas que a interpretação do texto do art 3º. da Resolução 3 dada pelo proponente não se adéqua a regra.

Dra. Sonia Bittencourt perguntou aos presentes se havia mais alguma ponderação a ser feita e como não houve manifestação, ela declarou encerrada a 65ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.